

PATRIMÓNIOS

Cláudio Torres

Campo Arqueológico de Mértola

e-mail: torresclaudio@sapo.pt

Primeiro foi pecúlio da família. Foi herança, testamento e dote. Foi, e continua a ser, emblema de classe, marca de prestígio, sinal de estatuto. E no entanto, no espaço vital de cada homem, o património, quando colectivo e entendido como memória de grupo, tanto na ritualidade dos gestos como no conhecimento do meio, é muitas vezes a razão primeira da sua própria sobrevivência. Uma memória de grupo que, afinal, é o cimento que distingue e robustece a coesão social, permitindo a cada indivíduo não só reconhecer-se como, sobretudo, identificar-se com os seus, com o sítio, com a terra, com o espaço cultural que o define.

Palácios e castelos, antes olhados apenas como símbolos de decrépitos poderes senhoriais, são hoje elementos singulares da paisagem, pólos positivos de agregação e identificação local ou regional. Desde as ruínas ao timbre ritmado do efémero lúdico, desde os espaços senhoriais até aos sonoros símbolos da pastorícia em perigo de sobrevivência, recuperam hoje outra dignidade, servindo muitas vezes de bandeira na resistência a uma aparentemente inevitável banalização cultural.

E o artefacto arqueológico, esse património oculto e esquecido, representando o gesto e a voz daqueles que nunca tiveram história, além de abrir portas insuspeitas do passado, mostrando caminhos quantas vezes opostos às sugestões do documento escrito, toca directamente a alma das pequenas comunidades, solidifica memórias e pode mesmo justificar a procura de uma dignidade perdida. O monumento arqueológico em toda a sua densidade histórica - a pedra alçada, o sítio sagrado de todas as fábulas, a pequena capela de humildes milagres, todos eles solidamente ancorados numa paisagem moldada pelo homem - é património inalienável da terra e das pessoas que a trabalham e habitam. Porém, hoje, o património mais ameaçado - porque o seu verdadeiro gestor, o camponês, está em vias de extinção - são os saberes da terra, os trilhos antigos, as nascentes da melhor água, os marcos limite dos maninhos, os melhores pastos para as abelhas e para o gado. Era ele a conhecê-los como ninguém, era ele o detentor da memória colectiva. Só ele podia passar o testemunho.

É nossa obrigação recolher, estudar e tentar salvar os saberes quase esquecidos que representam formas culturais capazes, como poucas, de buscar

outras identidades. As mãos hábeis da mulher, ajeitando no borralho a panela do caldo, metendo um fio de azeite na açorda ou apurando o ensopado de grão, são monumentos de sabedoria da mulher camponesa, capazes de despertar todas as boas memórias.

Na arqueologia também há opções. Também cremos haver prioridades. Os escombros dos impérios, pelo facto de o serem ou terem sido, deixam marcas fortes, imponentes, e também, quase sempre, bastante sólidas. É o caso das ruínas romanas onde as terracotas bem cozidas, as placas de mármore e as duras argamassas têm vindo a resistir às sucessivas investidas dos curiosos. Porém, em níveis mais recentes, quando em época islâmica estes locais foram habitados por camponeses, a precariedade das suas alvenarias de barro e terra batida obriga a uma abordagem mais cuidadosa, a outra forma de fazer arqueologia. Impõe-se um outro olhar sobre o pequeno objecto de todos os dias, quando é valorizado o negativo do que foi um poste de madeira, quando é recolhida atentamente uma simples grainha de uva ou caroço de alperce. Porque são estas sobras alimentares por vezes os únicos sinais que nos restam. Porque, não poucas vezes, são elas o património necessário para explicar o quotidiano de uma família e justificar a vida de uma comunidade. Guardar e valorizar a sua memória pode significar um novo alento para aqueles que hoje habitam o mesmo espaço e podem cultivar as mesmas terras.

Além deste mundo das muitas e pequenas coisas onde os deuses mais humanizados, mais humildes, mais próximos dos problemas de todos os dias, curam todas as maleitas, tratam e aconchegam os pobres e oprimidos, ajudam as sementes a germinar e as flores a florir, além deste mundo dos camponeses, das gentes que sabem da terra, havia também o mundo do comércio, do intercâmbio, da mobilidade, havia também o mundo dos portos de todos mares, o mundo da cidade. Se no primeiro destes mundos tudo é ritmado pela cadência das estações do ano, se tudo está definido à partida, se as certezas são absolutas, se os conhecimentos são sólidos e imutáveis, se a mesma causa dá sempre o mesmo efeito, no segundo, no mundo inconstante do comércio, no mundo da incerteza da venda e do potencial cliente, no mundo cada vez mais fluido do dinheiro e do papel moeda, tudo é mais escorregadio, tudo é mais abstracto. No caso do mundo camponês, os deuses, na sua multiplicidade e variedade, tornam-se indispensáveis para resolver todos os pequenos problemas da sementeira e das colheitas, dos partos e enfermidades, ordenando-se em complexas estruturas politeístas - como acontece no cristianismo trinitário, onde a tríade divina se emaranha numa infinidade especializada de santos padroeiros. Ao contrário, no

mundo urbano, no ambiente incerto do comércio, onde proliferaram tanto o judaísmo como o islamismo, a tendência destas duas religiões mediterrânicas foi cada vez mais abstracta, aproximando-se de um rígido monoteísmo, com uma divindade irrepresentável, onde, não por acaso, surgiu um símbolo tão abstracto como o seu deus: o **zero matemático**.

A matemática não seria possível sem a força inovadora e abstracta do zero, certamente inventado nas atribuladas manobras de compra e venda nos mercados de Alexandria.